

Não foi por acaso que... pensei nisto

João Filipe Matos, Faculdade de Ciências de Lisboa

«Não foi por acaso que o Benfica na época passada foi à final da Taça dos Campeões Europeus...» (da imprensa diária)

Um grande amigo meu utiliza frequentemente o estribilho «não é por acaso que...». Esta forma de iniciar o discurso pretende geralmente realçar a ideia de que um dado acontecimento ou facto é em geral condicionado por um determinado conjunto de factores que não serão de desprezar. Embora constituindo uma forma de contextualizar a questão em discussão, parece-me que um dos problemas deste tipo de argumentação poderá residir no facto de essa discussão passar a ser focada na sua própria justificação. Seria como que dar um passo atrás para «validar a pertinência» duma dada situação e, eventualmente, esgotar aí a sua discussão.

Mas de facto, nada acontece por acaso.

O Artigo do Sunday Times...

Não foi por acaso que o Henrique Guimarães escolheu a notícia publicada no Sunday Times e de que dava conta no Pense Nisto do último número da Revista. Em relação a esse artigo oferece-me dizer o seguinte:

1. É saudável que um estudo realizado (ou subsidiado?) pelo National Foundation for Educational Research (NFER) em vésperas duma reforma do ensino, chame a atenção da comunicação social não especializada.

2. É de admitir que as conclusões de um estudo financiado pelo NFER sejam muito mais vastas do que aquelas que são citadas no artigo.

3. Sendo assim, é óbvio que o jornalista seleccionou determinadas conclusões do estudo, ao que tudo indica para colocar a questão das «grammar schools», questão esta que não é pacífica em Inglaterra.

O Henrique Guimarães virou (e bem) a questão ao contrário: «se os alunos não aprenderam isto, o que é que aprenderam?». Tal como ele diz, o que está em causa é a questão de saber o que é mais e menos importante na formação matemática dos alunos. Mas muito provavelmente o conteúdo do artigo do Sunday Times vai muito mais ao encontro das expectativas dos leitores, ao colocar a questão de forma (só aparentemente) clara e objectiva. E isso não acontece por acaso.

E outros casos...

Mas certamente também não é por acaso que, sobretudo nos últimos dois anos, aparecem com certa insis-

tência notícias desta índole na imprensa não especializada em educação. Reflectindo um certo «mal estar» em relação aos inúmeros problemas com que se deparam as autoridades educativas de diversos países, a imprensa tem vindo a colocar cada vez mais na primeira linha as questões da educação. Este facto é por si só um sinal da importância e do papel decisivo que a educação tem actualmente em todas as sociedades, e pode constituir um factor de mobilização de todos os elementos potencialmente interessados nos problemas da educação. Ao mesmo tempo, e naturalmente, os meios de comunicação social pretendem ir de encontro às preocupações dos seus leitores, o que poderá significar que existe actualmente um maior interesse das pessoas pelas questões de educação. Trata-se portanto de um processo circular em que a independência da comunicação social terá muito de «virtual».

A notícia respigada pelo Henrique Guimarães não constitui portanto um caso isolado em Inglaterra. Múltiplos artigos de opinião têm vindo a surgir a público condenando o sistema educativo na sua globalidade e em geral apelando à necessidade de eficácia na educação. Os argumentos utilizados são muito frequentemente a dificuldade de cálculo dos alunos, os erros na escrita na língua materna e o desconhecimento de factos históricos (e respectivas datas...) do país em causa. E naturalmente que depois de uma chuva de artigos e notícias neste sentido, tudo está preparado para a aceitação da reforma (qualquer que ela seja). Pais e professores são evidentemente permeáveis a tudo o que é escrito e dito nos meios de comunicação social.

O plano GERBIL

E ao que parece em Inglaterra a opinião pública estaria preparada. Ao surgir em 1988 o plano GERBIL (Great Educational Reform Bill, isto é, lista das grandes reformas na educação), e, pelos ecos que nos chegam, verifica-se uma boa aceitação por parte da opinião pública e a oposição por parte de grande número de professores de todos os graus de ensino. Aprovados no Parlamento os seus 238 artigos, aí está a Reforma!

Não podemos nesta secção falar alargadamente do GERBIL. Mas podemos respigar alguns dados interessantes da imprensa não especializada. Por exemplo, de acordo com notícias publicadas no Daily News de 3 de Agosto, aquele plano prevê que «no início de 1990 todos os alunos dos 7 aos 18 anos tenham um currículo nacional» (ao contrário do que sucede actualmente). Por outro

(Continua na pág. 27)

The National Council of Teachers of Mathematics

Ao abrigo do acordo estabelecido com o NCTM dos Estados Unidos, já noticiado no n.º 6 de «Educação e Matemática», divulga-se agora a seguinte informação sobre os próximos Congressos Anuais daquela associação:

- 67th Meeting — Orlando, Florida 12-15 Abril 1989
- 68th Meeting — Salt Lake City, Utah 18-21 Abril 1990
- 69th Meeting — New Orleans, Louisiana 17-20 Abril 1991
- 70th Meeting — Nashville, Tennessee 1-4 Abril 1992

Acompanhando o n.º 7 de «Educação e Matemática» é enviada uma ficha que poderá ser utilizada quer para encomendar publicações quer para assinar uma ou várias revistas do NCTM. Os preços indicados são obviamente em US dólares. Qualquer dúvida deverá ser esclarecida directamente junto do

NCTM - 1906 Association Drive
Reston, VA 22091 - USA

Uma cópia do catálogo 1987/88 das publicações do NCTM pode ser obtida através da Direcção da APM — para o que bastará contactar um qualquer dos seus membros. Quanto às revistas, apresenta-se a seguir uma breve informação:

Arithmetic Teacher. Publica nove números por ano (de Setembro a Maio). Destinado a professores do ensino

básico, até ao oitavo ano, ou ligados à formação de professores.

Mathematics Teacher. Publica nove números por ano (de Setembro a Maio). Destinado a professores do ensino secundário, ou ligados à formação de professores.

Journal for Research in Mathematics Education. Publica cinco números por ano (Janeiro, Março, Maio, Julho e Novembro). Contém apenas artigos de investigação.

I Congresso Iberoamericano de Educação Matemática

Está em marcha a organização do I CIBEM. Como havia sido noticiado no número anterior de «Educação e Matemática», prevê-se que estes Congressos Iberoamericanos se realizem de quatro em quatro anos, alternadamente na Europa e na América Latina. A cidade de Sevilha será o local do primeiro, e os nossos colegas da Sociedade Andaluza de Educação Matemática «Thales» serão os responsáveis pela organização local.

O Comité Executivo do I CIBEM integra os seguintes membros: Paulo Abrantes (Portugal), Claudi Alsina (Espanha), Carlos Carranza (Peru), Ubiratan D'Ambrosio (Brasil), Eduardo Luna (R. Dominicana) e Gonzalo Sanchez (Espanha).

Acompanhando o n.º 7 de «Educação e Matemática» é enviada aos sócios da APM uma ficha que deverá ser utilizada por todos os interessados em receber o segundo anúncio.

Não foi por acaso... (conclusão)

lado, «a Matemática, o Inglês e as Ciências são definidos como temas fundamentais requerendo currículos e testes nacionais standartizados».

No caso do Ensino Superior as propostas parecem ter consequências muito mais imediatas. Sob o título sugestivo «You're fired, Mr Chips» a revista Time de 15 de Agosto dá conta das reformas draconianas decretadas pelo Governo da Sra Thatcher. Para além de uma redistribuição (leia-se diminuição) de verbas que passa pela reforma antecipada de professores, fecho de quadros, etc, o foco da reforma é mais uma vez a eficácia do sistema. E as metas são bem explícitas: por exemplo, pretende-se que nos próximos anos haja mais 35% de licenciados em Ciências e mais 25% de engenheiros «para que seja possível competir nos mercados internacionais».

Esta visão «monetarista» da educação corresponde a uma concepção de escola como «fábrica» de técnicos com todas as consequências que daí advêm. E o conceito de eficácia fica perfeitamente esclarecido. Pretende-se que o sistema educativo contribua de forma directa para o êxito da governação? Alguns professores ingleses com que falei diziam com alguma ironia que desta vez os objectivos da reforma são de facto explícitos. E apesar de 47 universidades condenarem a reforma e a classificarem como «receita para um desastre», o Ministro da Educação e Ciência argumenta que o plano GERBIL permitirá em 10 anos subir de 14% para 20% o número de estudantes que poderão ter acesso ao ensino superior (argumento certamente bem recebido pela opinião pública...).

Mas o que é que tudo isto tem a ver com Portugal? De facto, não foi por acaso que... pensei nisto.

João Filipe Matos